

POLÍCIA DOS TRIBUNAIS FEDERAIS

AGENTE DE POLÍCIA JUDICIAL



**VEJA COMO É O EDITAL DA
NOVA CARREIRA**

@_marcovillanova



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

EDITAL Nº 01/2025 - DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, tendo em vista o contrato celebrado com a **FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC)**, faz saber que será realizado em locais, datas e horários a serem oportunamente divulgados.

TÉCNICO ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Valor da inscrição: **R\$ 90,00 (noventa reais)**

Remuneração inicial: **R\$ 9.052,51 (nove mil e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos)**

A remuneração inicial do cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa – Agente da Polícia Judicial será acrescida da Gratificação de Atividade de Segurança – GAS, no valor de R\$ 1.320,16 (um mil e trezentos e vinte reais e dezesseis centavos), desde que cumpridas as disposições da Resolução CSJT nº 315/2021 e suas alterações.

Rubrica / A partir de	01/07/2026	01/07/2027	01/07/2028
Vencimento Básico (1):	4.073,64	4.399,53	4.751,50
GAJ/GAMPU (140% do VB):	5.703,10	6.159,34	6.652,10
GAS/Projeto:	1.018,41	1.099,88	1.187,88
Adicional de Qualificação:	305,52	329,96	356,36
Auxílio Alimentação:	1.784,42	1.784,42	1.784,42
SALÁRIO BRUTO:	12.885,09	13.773,13	14.732,26
SALÁRIO LÍQUIDO:	9.848,84	10.407,88	11.011,68

Demais informações salariais disponíveis em: <https://josebarbosa.com.br/novopcs/>

3. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO/ÁREA/ESPECIALIDADE

3.1 O candidato aprovado no concurso público de que trata este Edital será investido no Cargo/Área/Especialidade se atender às seguintes exigências na data da posse:

Código de Opção	Cargo/Área Especialidade	Escolaridade/Pré-requisitos (a serem comprovados no ato da posse)
Q17	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Agente da Polícia Judicial	Diploma de curso superior, em qualquer área de formação, inclusive Licenciatura Plena e Tecnólogo, devidamente registrado, fornecido por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação e carteira nacional de habilitação categoria “B” ou superior.

CAPÍTULO 8 - DAS PROVAS

8.1 O Concurso constará das seguintes provas:

CÓDIGO DE OPÇÃO	CARGO/ÁREA/ESPECIALIDADE	PROVAS	Nº DE QUESTÕES	PESO	CARÁTER	DURAÇÃO DAS PROVAS
Q17	Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL	OBJETIVA: Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos	20 40	1 3	Habilitatório e Classificatório	4h
		Prova Discursiva - Redação	1	1		
		Prova Prática de Aptidão Física	1	1	Habilitatório	A definir
		Curso de Formação	-	-	Eliminatório	A definir

CAPÍTULO 9 - DAS VAGAS

Código de Opção	Cargo/Área/Especialidade	AMPLA CONCORRÊNCIA	Deficientes + Negros + Indígenas (todos os habilitados)
		Número de habilitados e mais bem classificados até a posição	
Q17	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL	200	

CAPÍTULO 9 – Das Atribuições

Q17 – Técnico Judiciário – Área Administrativa – Agente da Polícia Judicial

Planejar, executar, coordenar e controlar as ações de segurança dos Presidentes dos Tribunais na sua área de jurisdição, dos magistrados de primeiro e segundo graus na sua área de jurisdição, e em todo o território nacional quando em missão oficial, de magistrados em situação de risco real ou potencial, decorrente da função, em todo o território nacional, extensivo, quando necessário, aos seus familiares, de servidores no desempenho de suas funções institucionais, servidores e demais autoridades nas dependências sob a responsabilidade dos Tribunais e juízos vinculados na sua área de jurisdição, das dependências físicas dos Tribunais e respectivas áreas de segurança adjacentes e juízos vinculados; colaborar com o controle do acesso, permanência e circulação de pessoas e veículos que ingressem nas dependências dos Tribunais e juízos vinculados; atuar na segurança preventiva e policiamento das sessões, audiências; atuar como força de segurança, realizando policiamento ostensivo nas dependências dos Tribunais; realizar a segurança preventiva nas dependências físicas dos Tribunais e respectivas áreas de segurança adjacentes e juízos vinculados, bem como em qualquer local onde haja atividade jurisdicional e/ou administrativa; colaborar com investigações preliminares de interesse institucional; controlar, fiscalizar e executar atividades de prevenção e combate a incêndios, e ações de atendimento em primeiros socorros nas dependências do Tribunal; conduzir veículos automotores em escolta de autoridades e outras situações de interesse da atividade institucional; vistoriar veículos e registrar sua movimentação; auxiliar no desenvolvimento das atividades de inteligência na produção e salvaguarda do conhecimento para a segurança orgânica e institucional do Tribunal com o objetivo de mitigar e controlar riscos; realizar outras atividades de segurança complementares constantes dos normativos internos do Tribunal, bem como atos e regulamentos correlatos; redigir e conferir expedientes diversos e executar outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS – PARA TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA: Ortografia e acentuação. Emprego do sinal indicativo de crase. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Relação do texto com seu contexto histórico. Denotação e conotação. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. Intertextualidade. Figuras de linguagem. Morfossintaxe. Elementos estruturais e processos de formação de palavras. Sinonímia e antonímia. Pontuação. Pronomes. Concordância nominal e concordância verbal. Flexão nominal e flexão verbal. Vozes do verbo. Correlação de tempos e modos verbais. Regência nominal e regência verbal. Coordenação e subordinação. Conectivos. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas).

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO: Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas. Noções básicas de proporcionalidade e porcentagem: problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos. Noções de Estatística: medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão); leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA: Noções de sistema operacional (Windows 10 ou superior). Email, Edição de textos, planilhas, agenda e apresentações (google workspace), compartilhamento de arquivos (google workspace). Redes de computadores: Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e Intranet; Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome); Sítios de busca e pesquisa na Internet; Grupos de discussão; Redes

sociais. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. Segurança da informação: Procedimentos de segurança; Noções de vírus, worms e outras pragas virtuais; Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.).

DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PARTE I

(RESOLUÇÃO CSJT Nº 386/2024 - ART. 6º): Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015; Lei nº 11.126/2005 e Constituição Federal). Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004). Prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 10.048/2000 e Decreto 5.296/2004). Direitos no sistema de transporte coletivo (Lei nº 8.899/1994 e Decreto 3.691/2000). Símbolo de identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva (Lei nº 8.160/1991). Normas de apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social (Lei nº 7.853/1989 e Decreto 3.298/1999).

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO – disponível em: <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/15693>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL

SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS: Técnicas, táticas, operacionalização, planejamento e execução; procedimentos de proteção; objetivos, perfil e comportamento do agente.

ANÁLISE DE RISCOS: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico; aplicação de método. Planejamento de contingências: necessidade; planejamento; componentes do planejamento; manejo de emergência; gerenciamento de crises; procedimentos emergenciais.

NOÇÕES DE PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA: Conceito, princípios, níveis, metodologia, modularidade e faseamento, fases do planejamento; segurança corporativa estratégica; segurança da gestão das áreas e instalações: conceitos gerais, Segurança física, controles de acesso. Noções de primeiros-socorros no trânsito (2005). Prevenção e controle de incêndios. Proteção Contra Incêndios – NR 23 atualizada. Normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência (Decreto nº 70.274/1972 e alterações).

NOÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA: Prevenção na atividade de segurança, atribuições gerais dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública Brasileira. Princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei, adotados pelo Oitavo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Havana, Cuba, 1990. Manual sobre Uso da Força e armas de fogo por Agentes da Segurança Pública, Nações Unidas, 2021 – UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes). Registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM (Lei nº 10.826/2003 e alterações). Defesa Pessoal dos Agentes: Lei nº 13.060/2014 (Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo território nacional; Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226/2010 e respectivos Anexos I e II (Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública); Resolução ONU nº 34/169 (Código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei).

NOÇÕES IDENTIFICAÇÃO: Emprego e utilização de equipamentos eletrônicos de segurança: sensores, sistemas de alarme, cercas elétricas, Circuito fechado de televisão (CFTV) e monitoramento, recursos biométricos.

SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA: Finalidade; utilização; legislação básica; conceitos básicos na Linguagem da Inteligência; fontes de coleta; Metodologia de produção de conhecimento. Discrição e segurança de informações; graus de sigilo; atributos básicos; ameaças e vulnerabilidades; comportamento do agente.

NOÇÕES DE GESTÃO DE CONFLITOS: Negociação, postura, critérios de ação. Elementos operacionais essenciais. Critérios de ação. Classificação dos graus de risco: tipologia dos causadores; fases; pré-confronto ou preparo; resposta imediata; plano específico. Perímetros táticos. Organização do posto de comando. Táticas de negociação.

CÓDIGO DE TRÂNSITO: DENATRAN. Direção Defensiva. Direção Ofensiva. Código de Trânsito Brasileiro (CTB) – Lei nº 9.503/1997 e alterações: Capítulos I a XX, Anexo I do CTB e Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

DIREITO PENAL: Crimes contra a pessoa, Crimes contra o patrimônio, Crimes contra a Administração Pública.

DIREITO DIGITAL: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018 com redação dada pela Lei nº 13.853/2019 e suas alterações).

LEGISLAÇÃO ESPECIAL: Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/1995 e alterações), Lei do Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019 e alterações), Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989 e alterações), Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003 com Redação dada pela Lei nº 14.423/2022),

DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PARTE II: Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 com Redação dada pela Lei nº 13.146/2015). Prioridade de atendimento (Lei nº 10.048/2000 e alterações). Apresentação e uso de documentos de identificação pessoal (Lei nº 8.553/1986 e alterações). Resoluções nº 344/2020, 379/2021, 380/2021, 383/2021, 435/2021 e 467/2022 do Conselho Nacional de Justiça.



POLÍCIA JUDICIAL

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Surgimento: é uma classe policial nova, surgiu durante a pandemia, em 2020, para substituir a função proteção dos magistrados, oficiais de justiça e demais servidores da Justiça Federal que antes era exercida pela Polícia Federal.

Pontos Importantes:

- Só existe nos tribunais FEDERAIS, como TRF, TRT e TRE. Essa carreira não abrange tribunal estadual;
- É uma polícia INSTITUCIONAL, tal como a Polícia do Senado, logo, não faz parte do rol de segurança pública;
- Conta como tempo de prática policial para quem quer prestar concurso de Delegado de Polícia;
- A carreira é unificada e a cobrança em edital é a mesma, independentemente de ser TRF, TRT ou TRE.

UNIFORME OPERACIONAL



DISTINTIVO FUNCIONAL E VIATURA PADRÃO

